



POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA É DEBATIDA NO SEMINÁRIO "O AR QUE RESPIRAMOS"

O Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) e o Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp realizaram nos dias 07 e 08 de agosto o Seminário "O ar que respiramos".

O evento contou com autoridades e especialistas em saúde, qualidade do ar e em poluição proveniente de fontes móveis, inclusive das não reguladas nacionalmente (aviões e navios).

Os debates realizados abrangeram o arcabouço legal afeto à matéria, as principais causas das emissões de poluentes pelas fontes móveis e suas relações com o número de mortes por doenças cardiorrespiratórias, bem como quanto ao custo à sociedade.

Também foram apresentados os instrumentos de gestão da qualidade do ar e soluções para redução de emissões atmosféricas, que já se mostraram eficientes em outros países, consideradas de implementação viável no Brasil, restando o desafio de sistematizá-las e transformá-las em realidade sustentável e estruturada, à prova de transições de governos e promessas políticas.

Pag. 02**No radar**

Pág.18

**Diplomas recentes**

Pág.20

**Avisos**

Pág.21

**Monitore**

Pág.24

DESTAQUES DESSA EDIÇÃO

Sistema de Logística Reversa realiza 4ª Concorrência de Certificados de Reciclagem de 2019

Pag. 09

Reuniões COSEMA

Pag. 11

Treinamento Cadastro Técnico Federal do Ibama

Pag. 14

Ações Regionais e Setoriais

Pag. 16

ACONTECEU

SEMINÁRIO: O AR QUE RESPIRAMOS

POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA: AGENTES CAUSADORES E POSSÍVEIS SOLUÇÕES SÃO FOCO DO DEBATE

Todas as grandes cidades mundiais enfrentam uma realidade mais do que preocupante: a poluição atmosférica. Um estudo do Instituto de Saúde e Sustentabilidade e da Escola Paulista de Medicina aponta que, se os níveis de poluição continuarem como estão, até 2025 haverá mais de 51 mil mortes na Grande São Paulo, provocadas pela má qualidade do ar.

A Região Metropolitana da cidade mais populosa do Brasil e outros aglomerados urbanos do país são áreas extremamente afetadas. Com o objetivo de propor soluções para resolver a questão, que representa grave ameaça à saúde pública e à qualidade de vida das pessoas, a Fiesp realizou, nos dias 7 e 8/8, o seminário *O ar que respiramos*.

O presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp, Eduardo San Martin, na abertura do seminário, fez um breve histórico a respeito dos principais agentes poluidores do ar. Há algum tempo, empresas se instalaram no Estado de São Paulo e, em especial, nas maiores cidades e regiões metropolitanas. O movimento se deu antes da criação de uma legislação ambiental, implementada em 1976, aqui em São Paulo, tendo sido a primeira do país com este perfil e poder de atuação. Em razão disso, as empresas e as indústrias passaram a controlar as suas emissões.

Para controlar a poluição atmosférica, uma das soluções é o desenvolvimento do transporte ferroviário, iniciativa que até agora não acompanhou outras ações em prol da redução do problema e suas consequências, que geram danos graves à saúde. “Investir nos biocombustíveis é o início de uma solução a curto prazo”.

O presidente da Fiesp e do Ciesp, Paulo Skaf, participou, via vídeo, da abertura do seminário. Ele falou sobre a preocupação da casa da indústria paulista em relação ao tema. “A poluição do ar é um problema responsável por causar 7 milhões de mortes no mundo por ano. Aqui, no Brasil, o registro de vítimas fatais da poluição do ar vem crescendo. Outra consequência grave são os custos das doenças cardiorrespiratórias

para a saúde pública. Nós organizamos o seminário para discutir esse problema e apontar soluções. É a nossa saúde que está em jogo. O ar que respiramos diz respeito a todos nós”, reforçou Paulo Skaf.



Paulo Skaf, Presidente Fiesp e Ciesp

O PAPEL DO PODER PÚBLICO



Rubens Rizek, Secretário de Justiça de São Paulo/SP

Para Rubens Rizek, secretário de Justiça do Município de São Paulo, a emissão de poluentes no ar

é um ataque silencioso à saúde das pessoas, para o qual o Poder Público precisa estar atento. Na cidade de São Paulo, a frota circulante soma 9 milhões de veículos, mais 16 mil ônibus, que rodam dia e noite, informou.

De acordo com seus dados, nos anos 80, a qualidade do ar era bem pior. Hoje, a frota triplicou, mas diante dos números da medição realizada, o resultado é que a qualidade do ar melhorou. “Nós fizemos a lição de casa, iniciando ações concretas em meados dos anos 90, com medidas como o rodízio de veículos. Nos anos 70, o grande problema foi a indústria, mas, na década seguinte, devido aos programas de redução de emissões da Cetesb, a situação foi contornada e o carro passou a ser o principal vilão. Hoje, esse título é

SEMINÁRIO: O AR QUE RESPIRAMOS

do material particulado, mais especificamente de veículos pesados movidos à diesel, como o ônibus e o caminhão”, reportou aos presentes.

Como cidadão, Rizek defendeu a renovação de toda a frota de veículos, em más condições de uso, fato que movimentaria toda a economia, aliada a uma mistura de Logística Reversa de veículos, com incentivos fiscais de ICMS e produção mais barata de automóveis movidos à álcool.

“Quando se fala em qualidade do ar, o tema é delicado. Água, por exemplo, eu posso escolher qual consumir, mas não posso escolher qual metro cúbico de ar vou respirar”, comparou Carlos Roberto dos Santos, diretor de Engenharia e Qualidade Ambiental

da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb). O especialista alertou que o material particulado leva à morte e o veículo que emite acima do nível tolerável pode indicar manutenção deficitária. Por isso, a implantação de políticas públicas efetivas é essencial e por ser um problema mundial contamos com bons exemplos para seguir.

Santos lembrou que sempre é possível inverter situações críticas e citou, como exemplo, a cidade de Cubatão, que possuía índices altíssimos de poluição, mas, com plano intensivo da Cetesb, ações sérias do município e das indústrias, tornou-se modelo mundial de recuperação ambiental no que diz respeito à qualidade do ar.

VIDAS PERDIDAS

A poluição do ar pode ser dividida em três categorias: pela presença de particulados, por questões climáticas e pela baixa umidade. O alerta feito pelo médico e vereador de São Paulo, Gilberto Natalini, traduz as 4.800 vidas perdidas anualmente na cidade. “A indústria fez a lição de casa e o município tomou algumas iniciativas, como a inspeção veicular, quando obrigatória, que obteve resultados satisfatórios. O plantio de árvores também tem importante papel para minimizar a amplitude térmica e para a umidificação do ar”, explicou.

“O transporte por bicicletas veio para ficar e já é opção aos carros, assim como os patinetes. Precisamos trocar a matriz energética dos carros e controlar a emissão das motocicletas, mas muita coisa foge do escopo municipal”, alertou o parlamentar.



Gilberto Natalini, Vereador de São Paulo/SP

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

“É necessário avançar em outros setores e a agenda ambiental deve ter como foco a melhoria da vida das pessoas. O que fazer está claro, e também o como fazer. A discussão é importante, mas a agenda precisa seguir para a execução, pois este é um tema estratégico, completou André França, secretário de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Um dos destaques governamentais é o Programa Nacional de Controle de Qualidade do Ar (Pronar) e sua estratégia de limitar, em âmbito nacional, as emissões por tipologia de fontes e poluentes. Entre os instrumentos de controle destacam-se a Resolução,

nº 05/1989 com vistas à proteção da saúde e bem-estar da população e melhoria da qualidade de vida, Resoluções Conama 382/2006 e 436/2011, que estabelece os limites de emissões de fontes fixas. Já os programas de controle de poluição do ar por veículos automotores conta com o Proconve e o Promot, cujo objetivo é reduzir e controlar a poluição atmosférica e a emissão de ruído por fontes móveis, fixando prazos, limites máximos de emissão e estabelecendo exigências tecnológicas para veículos automotores, nacionais e importados. Na opinião de Vanessa Felix, coordenadora geral de Qualidade Ambiental e Resíduos do MMA, é preciso controle no

SEMINÁRIO: O AR QUE RESPIRAMOS

momento da fabricação do veículo e, o segundo ponto, dar continuidade à inspeção veicular ambiental que deve ser realizada por órgãos estaduais e municipais.

Vanessa também tratou da Resolução Conama nº 491/2018, que atualizou os padrões nacionais de qualidade do ar com o compromisso de redução gradativa dos padrões em quatro etapas, com baseado em critérios técnicos, alinhados às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). E reforçou que houve avanços em relação ao quesito partículas finas, uma das preocupações atuais.

“A Resolução já traz os níveis que queremos chegar e as ações para implementação e ainda contém o Plano de Controle de Emissões Atmosféricas que deve ser elaborado pelos estados até dezembro de 2021”, afirmou, e complementou com a preocupação do caráter contínuo dos padrões de emissões, sendo que o atual servirá de parâmetro para as próximas etapas.



Conforme explicou, dez estados brasileiros monitoram, as partículas inaláveis ($MP_{10}/MP_{2,5}$): Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. No entanto, o objetivo, em termos de política pública, é o monitoramento se estender por todo o país e construir uma plataforma única que reúna todos os dados de qualidade do ar, conforme projeto do MMA de implementação da Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade do Ar.

POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA E MUDANÇA CLIMÁTICA CAUSAM FORTES IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA



Thais Araújo Cavendish, Ministério da Saúde

Há um tripé nocivo em termos de saúde ambiental – poluição atmosférica, qualidade da água para o consumo humano e a exposição a agentes químicos, conforme alertou Thais Araújo Cavendish, coordenadora geral de Vigilância em Saúde Ambiental do Ministério da Saúde. Ao apresentar estudo de impactos na saúde, indicou que em todos anos, cerca de 7 milhões de mortes, no mundo, estão relacionadas à exposição da poluição do ar no ambiente e no próprio domicílio. Com a redução dos níveis de poluição, também se reduzem os números de acidente vascular, doença cardíaca e câncer de pulmão, além das doenças respiratórias crônicas e agudas, incluindo-se a asma. De acordo com a

Organização Mundial da Saúde (OMS), são 300 mil mortes na região das Américas”, explicou Cavendish.

Na composição dessas mortes prematuras, 21% ocorrem por pneumonia, 20% por doenças cerebrovasculares, 34% por doenças cardíacas, 19% por doença pulmonar obstrutiva crônica, e 7% por câncer pulmonar. Em um recorte, a poluição do ar no domicílio, responde por 3,8 milhões de óbitos, especialmente pelo uso de querosene e combustíveis sólidos, como a madeira, fogões, aquecedores e lâmpadas poluidoras. “Crianças e mulheres expostas, em casa, aos combustíveis fósseis são as populações mais vulneráveis”, alertou a especialista.

No Brasil, estima-se um total de 26.241 mortes por doenças relacionadas à poluição do ar (dados de 2012) e os mais afetados são as crianças menores de 5 anos e os adultos acima dos 59 anos. De acordo com os números apresentados, esses óbitos superam os verificados quanto à malária e ao HIV.

De acordo com suas informações, a poluição atmosférica está inserida na agenda de vigilância em saúde ambiental com foco em fontes fixas, fontes móveis, queima de biomassa e atenção à frota veicular, que cresce exponencialmente. São mais de 50 brasileiros morrendo a cada 100 mil habitantes. Em 2016, foram 586 anos de vidas perdidas com

SEMINÁRIO: O AR QUE RESPIRAMOS

mortes prematuras e os gastos do Sistema Único de Saúde (SUS) com internações por doenças do aparelho respiratório só se elevam.

A poluição do ar está sendo considerada o mais importante fator de risco ambiental para a saúde e merece atenção da OMS, disse Cavendish.

A mudança climática é a maior ameaça à saúde no século XXI. A frase de Vital Ribeiro Filho, técnico da Divisão do Meio Ambiente–Centro de Vigilância Sanitária (CVS) reflete a preocupação com o ressurgimento de doenças já erradicadas e de mais casos de câncer em função das alterações do clima no globo terrestre. “Bebemos cada vez mais água com contaminantes. Há impactos na nutrição e produção de alimentos, em doenças transmitidas por vetores, além da alteração de ecossistemas e perda de biodiversidade”, afirmou, ao reforçar que esses fatores promovem pobreza, guerras e migrações populacionais.

Segundo Ribeiro Filho, mundialmente, 25% das maiores fontes de poluição atmosférica global (MP 2,5) são de emissões do transporte, 15% vêm de produção de energia e de atividades industriais, 18% têm origem na poeira e no sal marinho em suspensão e 20% vêm da queima de combustível em residências.

Também afirmou que de acordo com o Inventário de Emissões Atmosféricas do Transporte Rodoviário de



Vital Ribeiro Filho, Centro de Vigilância Sanitária

Passageiros no Município de São Paulo, mais de 70% das emissões de gases estufa se devem ao transporte de 1/3 dos passageiros, “mas as pessoas não estão expostas do mesmo jeito à poluição, pois algumas se localizam em áreas de poluição extrema, como as marginais, por onde muitos transitam diariamente”, afirmou.

CRIAÇÃO DE BASE DE DADOS EFICIENTE E AMPLIAÇÃO DO INVENTÁRIO DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS



Carolina Fiorillo Mariani, Ibama

A diretora de Qualidade Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (DIQUA/Ibama), Carolina Fiorillo Mariani, explicou parte da atuação do órgão que representa, que é a de homologar os veículos, concedendo Licença para Uso da Configuração de Veículo ou

Motor (LCVM) e Licença para Uso da Configuração de Ciclomotores, Motociclos e Similares (LCM), além de controlar a Produção Veicular e formular as propostas de regulamentação.

De acordo com Carolina, a equipe do Ibama tem trabalhado para aperfeiçoar o sistema Infoserv/Proconve-Promot para ser adaptado às novas fases de gestão da qualidade do ar.

“Estamos construindo uma interlocução com a Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA), para a regulamentação da aplicação de tecnologias importantes de gestão da qualidade do ar”, completou.

O sócio diretor da *Environmentality*, Gabriel Murgel Branco, chamou atenção para o papel fundamental do Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos e alertou sobre a urgente necessidade de se ampliar a produção desses inventários para a averiguação de outros agentes emissores, como o setor de aviação e navios.

SEMINÁRIO: O AR QUE RESPIRAMOS

“A gestão integrada da qualidade do ar precisa ser monitorada. Um inventário aprimorado permite desenhar as estratégias para gestão, os critérios de ataques ao problema, o controle de qualidade na fabricação dos veículos e a alteração da composição dos combustíveis. Por exemplo, o chumbo desapareceu do ar porque foi retirado da gasolina. São estratégias como esta que fazem diferença na atmosfera”, reforçou Murgel Branco, que coordenou o desenvolvimento e implantação do Proconve, programa que reduziu mais de 90% da emissão veicular, no Brasil.

Segundo Maria Helena Martins, do Departamento de Qualidade Ambiental da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), o órgão baseia sua gestão de qualidade do ar em um decreto cuja referência são os padrões traçados pela Organização Mundial de Saúde (OMS). “A nossa rede manual de monitoramento funciona desde 1973 e atualmente são 26 estações. Já a nossa rede automática abrange 72 estações com 12 mil dados coletados por dia. O trabalho é diário e os resultados podem ser acompanhados pela população”, informou. No site da Cetesb é possível acessar os relatórios diários e resumos de última hora: <https://cetesb.sp.gov.br/ar/>

Já para o professor do Departamento de Ciências do Mar da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Rodrigo More, é urgente a necessidade de o Brasil



Rodrigo More, Unifesp

participar ativamente de reuniões e tratativas com a OMS. Ele reforçou a importância da formulação de um banco de dados e de informações sobre poluição atmosférica.

“A poluição atmosférica causa grande impacto na saúde pública. União, Estados e Municípios têm de avaliar e tomar decisões certas sobre onde vão alocar recursos. Investir em saúde e em qualidade do ar significa investir em emprego e em desenvolvimento”, alertou.

RENOVAÇÃO DE FROTA E RETORNO DA INSPEÇÃO VEICULAR COM EFICIÊNCIA TECNOLÓGICA SÃO ALTERNATIVAS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DO AR



No segundo dia do seminário *O ar que respiramos*, dia 08/08, foram abordadas algumas alternativas a fim de melhorar as características atmosféricas do Estado de São Paulo e do Brasil, tais como renovação da frota e inspeção veicular. No debate, houve espaço também para as emissões de gases poluentes originados pelos transportes aéreo e marítimo, além das possíveis soluções como as

fontes de energia mais limpa.

Para Marcelo Pereira Bales, do Setor de Avaliação de Emissões Veiculares da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), a renovação da frota traz benefícios à toda sociedade, mas é preciso estar atento a algumas possibilidades. “É um erro demonizar as pessoas que exercem alguma atividade econômica com veículos antigos, pois empregam e geram renda. É importante criar mecanismos para que se torne vantajoso abrir mão de um carro velho para a obtenção de um seminovo, por exemplo”, ponderou.

O diretor de Tecnologia do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), Gábor Deak, reforçou que a Inspeção Técnica Veicular (ITV) é necessária para que a frota circulante esteja dentro dos parâmetros tolerados para as emissões. “No período em que esteve

SEMINÁRIO: O AR QUE RESPIRAMOS

vigente, a ITV ajudou a diminuir não apenas a poluição do ar, mas também retirou veículos inadequados de circulação e reduziu o número de acidentes”, considerou.

Atualmente, não existe nenhum mecanismo que responsabilize os proprietários de veículos. “A indústria automobilística tem investido para utilizar novas tecnologias que reduza poluentes. Carros antigos poluem mais, mas não basta renovar a frota se a ITV não se tornar obrigatória”, completou Gábor.

De acordo com José Maurício Andreta Jr, vice-presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), apenas 13 milhões de veículos circulantes no país têm entre 0 e 5 anos de uso.



SENSORIAMENTO REMOTO - INSPEÇÃO VEICULAR DEVE SER UM PROCESSO DINÂMICO E COM APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS



Fábio Cardinale Branco, Remote Sensing do Brasil

A Inspeção Técnica Veicular (ITV) é uma avaliação realizada em carros, que é capaz de verificar as condições de conservação, manutenção, bem como a qualidade dos gases emitidos pela frota examinada. Na cidade de São Paulo, o procedimento foi implantado em 2010 e extinto em 2013. Ao longo do seminário, especialistas apresentaram os aspectos positivos da ITV, além de novas ferramentas que podem auxiliar ou até mesmo substituir o sistema.

O gerente do departamento de Apoio Operacional da Cetesb, Carlos Ibsen Vianna Lacava, participou do encontro e reforçou a importância do programa de inspeção, que existe em mais de 60 países há mais de 40 anos.

“Nós, da Cetesb, enquanto agência do governo do Estado de São Paulo, responsável pela fiscalização e

pelo monitoramento de atividades geradoras de poluição, temos que atuar também para engajar a população com as ferramentas de controle de emissões”, disse.

Uma das formas de envolver a sociedade no esforço coletivo, que é o de melhorar a qualidade do ar por meio da redução da emissão de gases veiculares, é apresentar alternativas de controle do problema. Uma ferramenta que pode solucionar a questão foi apresentada, pela primeira vez no Brasil, na Fiesp, durante o seminário *O ar que respiramos*.

É um equipamento inédito de sensoriamento remoto para medição de gases veiculares, que têm a capacidade de avaliar as emissões em situações de uso real, que permite a identificação de veículos com boa manutenção e emissão baixa ou com emissão muito alta para os padrões originais. A tecnologia foi desenvolvida nos Estados Unidos e mais recentemente foi implementada em várias cidades europeias.

“Esta medição leva 1 segundo e cada equipamento pode medir mais de 1 milhão de veículos por ano, o que pode substituir ou complementar o antigo programa de inspeções por um monitoramento em tempo real, muito mais barato”, informa Fábio Cardinale Branco, consultor da Remote Sensing do Brasil.

Eduardo San Martin, presidente do Conselho de Meio Ambiente da Fiesp (Cosema), chamou a atenção para a ferramenta apresentada por Fábio e alertou que combater a poluição atmosférica é uma medida de

SEMINÁRIO: O AR QUE RESPIRAMOS

saúde pública. Trata-se de “uma alternativa eficiente e tecnológica que permite aferir as desconformidades quando não há a inspeção ou ser um apoio importante para procedimento”, completou.

Na finalização do painel, informou-se que se todos os veículos da Região Metropolitana de São Paulo estivessem em conformidade com os graus de emissão, seriam registradas 1.490 mortes a menos em razão de problemas cardiorrespiratórios. Isto porque a fiscalização ou medição inibiria o lançamento de material particulado.



A NECESSIDADE DE SE ESTIMULAR O USO DE COMBUSTÍVEIS MENOS POLUENTES

Dentre as diversas estratégias de controle de emissão veicular, se destaca o uso de combustíveis mais limpos (etanol, biodiesel, *Hydrotreated Vegetable Oil-HVO*, GNV/biometano, etc.) para veículos em uso e desenvolvimento de veículos novos e programas como o Renovabio, Política Nacional de Biocombustíveis, que tem por objetivo promover a adequada expansão dos biocombustíveis na matriz energética.

Alfred Szwarc, Consultor de Emissões e Tecnologia da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) demonstrou que o etanol contribui muito para a redução da emissão de poluentes atmosféricos. Segundo Szwarc, “além disso a qualidade do combustível possibilita o desenvolvimento de novas tecnologias, tais como os veículos híbridos flex e os veículos com célula de combustível a etanol”.

Também enfatizou que não basta o combustível ser limpo, a produção também tem que ser sustentável em termos ambientais como banimento do uso do fogo na colheita. As usinas estão se transformando em biorefinarias com aproveitamento de resíduos e redução nas emissões, exemplificou.



A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) defendeu que a frota de ônibus das capitais já poderia usar o Biodiesel 20 e que um possível caminho para as emissões marítimas seria a utilização de misturas diesel-biodiesel em embarcações, mas requer estudo de viabilização técnica.

A importância das medidas apresentadas e o empenho do governo em ações de planejamento estratégico, para aumento da eficiência energética da matriz paulista, bem como do desenvolvimento de sistemas de energia renovável, em especial solar fotovoltaica, foram ressaltados pelo subsecretário da secretaria de infraestrutura e meio ambiente do estado de São Paulo, Glaucio Atorre.

TRANSPORTES AÉREO E MARÍTIMO

Embora não componham o Inventário de Emissões do Estado de São Paulo, as emissões de transporte aéreo e marítimo foram abordadas no seminário com o objetivo de evidenciar sua relevância para a discussão e ampliar os incentivos que permitam a esses setores avançarem nessa agenda.

Nelson Elias Chaiben, Capitão de Mar e Guerra da Marinha do Brasil mostrou que os combustíveis marítimos seguem diretrizes da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL), para redução de Enxofre de 3,5% para 0,5%, até 2020.

Além disso, alertou sobre a existência das metas introduzidas pela *International Maritime Organization* (IMO), relacionadas à redução das emissões CO₂ e outros gases de efeito estufa (GEE), pela queima de combustíveis de navios, de 50% até 2050. Ressaltou

SEMINÁRIO: O AR QUE RESPIRAMOS

a necessidade de adoção de combustíveis alternativos, práticas de navegação e soluções tecnológicas, visando a uma maior eficiência dos motores.

Ricardo Antonio Binotto Dupont, Especialista em Regulação de Aviação Civil apresentou alguns desafios da aviação com relação às emissões da aviação, que podem afetar a qualidade do ar local ao nível do solo, quando as emissões são geradas até 3 mil pés acima do solo. Dentre os desafios apresentados, para o uso de fontes de energia alternativas, destacam-se problemas com a autonomia das baterias para longas distâncias, inviabilizando a eletrificação na aviação, sendo atualmente uma alternativa apenas para helicópteros.

Acrescentou que o Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas da Aviação Civil com as emissões de voos com origem e destino no Brasil terá sua segunda edição publicada em 2019, ano – base 2018 e estará disponível no endereço <http://www.anac.gov.br/>.



**PERDEU O SEMINÁRIO “O AR QUE RESPIRAMOS”?
ASSISTA NO CANAL DA FIESP NO YOUTUBE.**



FIESP ONLINE

Acesse: www.youtube.com/FIESPonline

Fonte: Agência Indusnet Fiesp

SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS

Fiesp realiza 4ª Concorrência de Certificados de Reciclagem de 2019



A quarta Concorrência de Certificados de Reciclagem de 2019 do Sistema de Logística Reversa de Embalagens da Fiesp, realizada em 29 de agosto, resultou na comercialização de 18.499 toneladas de recicláveis certificadas, o equivalente a R\$ 1.133.728,17. Com isso, o valor da comercialização de certificados das cinco concorrências, realizadas desde a operacionalização do Sistema, ultrapassou o montante de R\$ 3,7 milhões, totalizando 64.702 toneladas.

Nesta edição, foram ofertados certificados para os seguintes materiais: papel (4.510 t), plástico (5.010 t), vidro (2.477 t) e metal (6.502 t).

Os Certificados de Reciclagem de Embalagens (CRE) são documentos que comprovam a restituição, por meio da comercialização da massa equivalente das embalagens recicláveis, após o uso pelo consumidor ao ciclo produtivo, que não irão chegar ao aterro, o que é um ganho enorme para as cidades e para o meio ambiente.

É a certeza de que aquela embalagem foi realmente reciclada, o que gera ganhos expressivos para o ecossistema e para as pessoas, além de uma possibilidade real de as cooperativas e os operadores logísticos, que fizeram esse trabalho, obterem renda.

A próxima Concorrência de Certificados de Reciclagem ocorrerá no dia 11 de novembro, na sede da Fiesp.

Para saber mais sobre o Sistema de Logística Reversa de Embalagens, acesse:

<http://bit.ly/2xVXoL1>

Acesse os resultados da quarta concorrência de 2019:

<https://concorrencia.nhecotech.com/resultados>.

Fonte: Agência Indusnet Fiesp

Clique nos
links



MINISTROS DO MEIO AMBIENTE, RICARDO SALLES, E DE MINAS E ENERGIA, BENTO COSTA LIMA, PARTICIPARAM DE ENCONTRO COM EMPRESÁRIOS



“Exatamente 40 anos após o lançamento do primeiro carro movido a álcool, no Brasil, o tema continua atual e estamos reunidos hoje para tratar de questões importantíssimas correlacionadas, tais como a poluição do ar e o uso de combustíveis renováveis no transporte”, afirmou o presidente do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag), Jacyr Costa, em reunião conjunta com mais dois conselhos da Fiesp, o de Meio Ambiente (Cosema) e o de Infraestrutura (Coinfra), e seus respectivos presidentes, Eduardo San Martin e Marcos Lutz.

O presidente da Fiesp/Ciesp, Paulo Skaf, na abertura, enfatizou a necessidade de olhar com equilíbrio as questões relativas ao desenvolvimento e meio ambiente, comemorou o acordo entre Mercosul e União Europeia e disse estar confiante na aprovação da reforma previdenciária. “O acordo anunciado na semana passada é muito relevante, por abrir possibilidades para o mercado dos dois blocos, e isso tudo ocorre no momento que o texto da reforma da Previdência está prestes a ser votado na comissão. Se tudo correr bem, passa na Câmara antes do recesso e logo depois no Senado”, afirmou.

MINISTROS CONVIDADOS

Ao defender ações pragmáticas e menos ideológicas, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, recordou sua atuação quando secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo e apontou a falta de recursos para o desenvolvimento das pessoas como maior problema ambiental. “Quando estive à frente da pasta em São Paulo, trabalhamos muito para acabar com os lixões, uma política pública abandonada por diversos governos, e avançamos mais que qualquer outro Estado da federação. Hoje, no Ministério do Meio Ambiente, queremos ir além. Trabalhar na questão da logística reversa, saneamento, renovação da frota de

veículos de transporte público e descontaminação de áreas urbanas poluídas. Melhorar a vida das pessoas tem impacto direto no meio ambiente”, disse o ministro.

Salles afirmou que a pasta tem trabalhado para desenvolver o país sem diminuir o cuidado com o meio ambiente. “Queremos aproximar os setores produtivos e o Poder Público para buscar soluções. Visão macro é fundamental. Não podemos criar dificuldades para vender facilidades. Sabemos o que fazer, não interrompemos nenhuma política pública, mas queremos mais eficiência e não atrapalhar quem produz. Mas sabemos para onde estamos seguindo”, completou.

O ministro de Minas e Energia, Bento Costa Lima, falou sobre as políticas energéticas e voltou a defender o etanol nacional. “Uma das matrizes mais limpas do mundo”, mas enalteceu a diversidade e possibilidades do Brasil. “Temos Itaipu, o programa nuclear, diversas alternativas energéticas. Somos exemplo para o mundo. A mudança de padrão de consumo deve respeitar o potencial que nós temos, que beneficia toda a sociedade”. Lima enfatizou que o biocombustível é política pública e foram aprovadas as metas para o Renovabio até 2029, uma das prioridades do governo federal, que deverá trazer expressivo investimento, uma expectativa de cerca de 1,3 trilhão de reais, além da geração de emprego.

O representante da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Política Energética do Ministério do Meio Ambiente, Plínio Nastari, citou o etanol como um dos grandes avanços brasileiros no que tange ao uso de energias renováveis. “Desde 1975 o país começou a utilizar biocombustíveis, mas a falta de políticas públicas, refletida na irregularidade do consumo, impediu um crescimento mais robusto. Mas avançamos muito de lá para cá e temos, talvez, a solução para os maiores problemas mundiais: a integração dos biocombustíveis à energia elétrica limpa”, afirmou.

Convidado para o evento, o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, elogiou o debate e enalteceu o setor sucroenergético. “Desenvolvimento é o novo nome da paz. Os municípios paulistas que receberam usinas deram enormes saltos em seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Estamos no caminho correto”, pontuou. Também participaram do evento, à mesa, Roberto Rodrigues, conselheiro do Cosag, e o vice-presidente da Fiesp e diretor titular do Deinfra, Carlos Cavalcanti.

Fonte: Editado de Agência Indusnet Fiesp

COSEMA – CONSELHO SUPERIOR DE MEIO AMBIENTE

QUALIDADE DO AR DE SÃO PAULO E FONTES FIXAS E MÓVEIS SÃO TEMAS DO DEBATE



O crescimento vertiginoso da cidade de São Paulo, com sua crescente urbanização, o que inclui número grande de instalação de indústrias, promove a forte ocupação da Região Metropolitana de São Paulo e, consequentemente, o aumento da frota veicular e consequentemente maior concentração de poluentes na atmosfera. Por isso, a qualidade do ar de São Paulo e a incorporação de parâmetros para os poluentes foram temas centrais do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema), realizado em 25 de junho na Fiesp.

O presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema), Eduardo San Martín, apresentou os pontos principais do debate e a legislação vigente, quanto ao meio ambiente, no quesito qualidade do ar. “A poluição em São Paulo não provém de fontes fixas, mas sim de móveis, contextualizou San Martín, em função das empresas avançarem quanto à tecnologia utilizada com a obtenção de ganhos ambientais expressivos, resultando em impactos positivos em sua economia interna e seus custos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) fez recomendação a todos os seus países-membros sobre os parâmetros de qualidade do ar e, em São Paulo, foram adotados via decreto, além de escalonamentos a fim de se alcançar o padrão determinado previsto.

A partir de 2030, a poluição do ar provocará, no mundo, mais mortes do que a deficiência observada na área do saneamento, alertou Priscila Freire Rocha, especialista do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp. O material particulado tomará a liderança a partir de 2050 em termos de poluentes. As fontes fixas, como a indústria, são controladas. “O material particulado não é só o que sai do escapamento, também provoca alterações na atmosfera, pela formação de novos componentes, que causam impacto na corrente sanguínea e no coração humano”, segundo explicou.

Ainda de acordo com a especialista, na Europa, a gestão dos poluentes se iniciou a partir de 1950 e chegaram a ter mais de 7 mil estações de monitoramento, mas o problema também são as fontes móveis: “lá não se adotaram prazos, mas se valorizaram as medidas planejadas para se alcançar o patamar final indicado pela OMS. No Brasil, só seis Estados, mais o Distrito Federal, contam com programas de monitoramento de qualidade do ar. No Estado de São Paulo, entre os principais poluentes controlados, destacam-se os particulados finos e ultrafinos, ozônio e seus precursores, além de enxofre reduzido, formaldeídos, benzeno e tolueno, entre outros”.

Em 2006, a OMS publicou guia com recomendações para definição de padrões de qualidade do ar para poluentes atmosféricos (*Air Quality Guidelines*), propondo a adoção de metas escalonadas para se chegar a padrões finais, a serem estabelecidos em cada país. Para a OMS, esses são processos que devem considerar abordagens específicas e o equilíbrio dos riscos à saúde, viabilidade, considerações econômicas e outros fatores políticos e sociais.

Rocha também analisou o Decreto nº 59.113/2013, apresentou estatísticas e avaliou que, no cômputo geral, a emissão de veículos tem maior representatividade que as fontes industriais. Porém, alertou que a representatividade das fontes móveis pode ser maior, pois os inventários atuais de emissão não consideram navios e aviões nas estatísticas, por exemplo. E, ainda, sugeriu medidas a serem tomadas no curto prazo, tais como a renovação da frota de veículos, o transporte público baseado em ecofrota e a implementação, de fato, de sistema de compensação de emissões.



COSEMA – CONSELHO SUPERIOR DE MEIO AMBIENTE

NEM TODAS AS FONTES MÓVEIS SÃO CONTABILIZADAS NOS INVENTÁRIOS

O debate se complementou com informações a respeito das fontes móveis de poluição do ar, avaliadas por Alfred Szwarc, engenheiro e conselheiro do Cosema. “Há muitas fontes móveis não contabilizadas compostas por veículos rodoviários, máquinas agrícolas e rodoviárias, motocicletas, triciclos, aeronaves e locomotivas. E o Brasil não dispõe de inventário específico de emissão de fontes móveis”, criticou.

Um dos problemas apresentados pelo especialista envolve o sucateamento da frota, também em decorrência da crise econômica e da falta de manutenção, mas também se deve considerar o combustível utilizado, se é mais ou menos emissor de poluentes. Os ganhos obtidos com uma frota renovada, anos atrás, acabou perdendo espaço, pois a atual é a mais alta em termos de envelhecimento dos últimos 18 anos: os veículos leves têm, em média 9,7 anos de uso, os pesados, 11,4 anos.

De acordo com o expositor, a frota aumentou aproximadamente 160% nos últimos 20 anos, e em 45% dos municípios o número de motos supera o de veículos leves. Esses números demonstram, em parte, a incompletude dos inventários de emissões.

Há uma preocupação prioritária com as regiões urbanas, onde as condições de ventilação e dispersão são menos favoráveis. Os dados do Estado de São Paulo contabilizam 35,5% da frota composta por veículos leves; 22% por motos, 6,7% por caminhões, e 27,4% por ônibus de acordo com o expositor.

Cerca de 12% do valor energético da matriz nacional de transportes é utilizada por modais não rodoviários. No cômputo geral, o setor de transportes representa 1/3 da energia do país, conforme observou Szwarc.

Outro ponto abordado pelo expositor se referiu à eletromobidade, em estágio nascente no país em comparação à China, em ponto avançado, pois quando se trata de veículo elétrico deve-se considerar a energia disponível e inclusive se ela é de fonte limpa ou não.

Entre os programas auxiliares nas estratégias de Prevenção e Controle da Poluição do Ar se encontram o Proconve (automóveis, caminhões, ônibus e máquinas rodoviárias e agrícolas), Promot (motocicletas e similares), Inovar Auto e Rota 2030, citados por Szwarc.

Fonte: Agência Indusnet Fiesp

LEI GERAL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O deputado federal Kim Kataguiri (DEM/SP), coordenador do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados sobre licenciamento ambiental, debateu com os membros do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp as propostas do texto base do novo marco legal do licenciamento ambiental do País, durante a reunião do Cosema, realizada em 31 de julho.

De acordo com o parlamentar, a pauta tinha previsão de ser votada no Congresso Nacional em agosto, e em setembro ser discutida no Senado Federal. Kataguiri ainda explicou que o novo marco legal busca o equilíbrio das demandas dos órgãos licenciadores, das organizações civis, ONGs e setor produtivo.

O deputado debateu alguns pontos específicos do texto do marco legal com o presidente do Conselho, Eduardo San Martin, e com o convidado Fabio Feldmann, ex-deputado federal e ambientalista. Kim ouviu as sugestões dos conselheiros, e informou que as propostas apresentadas serão analisadas.



COSEMA – CONSELHO SUPERIOR DE MEIO AMBIENTE

DESPOLUIÇÃO DO RIO PINHEIROS



A despoluição dos rios, em São Paulo, foi tema da reunião do Conselho Superior do Meio Ambiente (Cosema) em 23 de julho, quando se apresentou o projeto de despoluição do rio Pinheiros a ponto de torná-lo navegável até 2022.

O diretor-presidente da Sabesp, Benedito Braga, lembrou que a empresa tem tomado ações desde a década de 1990. “Não estamos começando do zero. Na primeira e segunda fases, de 1992 até 2000, tivemos 8,5 milhões de pessoas com esgoto coletado e tratado. Na terceira, mais 5 milhões e, até o momento, mais 3,7 milhões. Ao longo desses anos, todos tivemos perto de US\$ 3 bilhões investidos, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica e recursos próprios da Sabesp”, disse.

Dados ainda da Sabesp mostram que São Paulo tem hoje 10 milhões de esgotos tratados, número equivalente à população de Portugal. “São 1,7 milhões de ligações domiciliares, refletindo diretamente na redução da mortalidade infantil e numa redução da mancha de poluição do Tietê abaixo da ordem de 408 quilômetros”, falou.

O plano de investimento da Sabesp é de R\$ 18,7 bilhões nos próximos cinco anos, sendo R\$ 11 bilhões coleta e tratamento de esgoto e R\$ 5,3 bilhões vão

ser investidos no Projeto Tietê etapas 3 e 4. “O projeto de despoluição é do governo do Estado e não da Sabesp. Estão sendo pensadas obras de passarelas sobre o rio para que na situação final do Pinheiros exista a possibilidade de as pessoas aproveitarem o rio de uma forma mais direta”, disse.

Um dos maiores desafios da Sabesp, contou Braga, é conseguir encaminhar 2,8 mil litros de esgoto por segundo para tratamento. “Não é uma tarefa muito simples. Nós queremos para o rio Pinheiros uma condição aeróbia todo o tempo. Para isso, vamos eliminar lançamentos, aumentar o índice de coleta e ter ações socioambientais. Com essas ações, temos a expectativa de gerar 3,7 mil empregos diretos e indiretos”, concluiu.

Também presente à reunião, Patrícia Iglecias, diretora-presidente da Cetesb, observou que há diferença entre o projeto atual e o antigo. Os projetos anteriores tinham tecnologias aplicadas diretamente ao rio para que pudesse gerar sua despoluição. “Hoje, o projeto é muito mais completo. O grande fator para essa possível despoluição é o saneamento, que é feito pela Sabesp. Sem um projeto que envolvesse o saneamento, nós nunca chegaríamos a um resultado desejável ao rio Pinheiros”, disse.

Ainda durante sua fala, Patrícia ressaltou que o projeto é semelhante ao do rio Tâmisa, na Inglaterra, que prevê a navegabilidade do rio e não o uso de sua água para beber ou para mergulho.

Por fim, Lupércio Zirolto Antonio, diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e coordenador do programa Água Limpa, observou que falta visão dos municípios para zerar, em relação ao saneamento básico, as zonas rurais, local onde estão as nascentes dos rios. “Temos que nos preocupar com a água. Em razão do esgotamento dos recursos hídricos, nos próximos 30 e 40 anos, os projetos hídricos vão para o interior paulista”.

Fonte: Agência Indusnet Fiesp

FIESP E CIESP REALIZAM TREINAMENTO PARA PREENCHIMENTO DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (CTF) DO IBAMA



A Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp), retomaram uma parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e promoveram na tarde do dia 20 de agosto, um treinamento sobre o Cadastro Técnico Federal (CTF), que contou com a presença de mais de 120 pessoas, na Fiesp. O treinamento que teve como objetivo orientar sobre o correto preenchimento (*online*) do Cadastro Técnico Federal abordou assuntos como: a legislação pertinente ao cadastro; quem é obrigado a se inscrever e como realizar a inscrição; como saber se a empresa está regular; a importância de manter o registro atualizado; acesso ao sistema do órgão federal e a maneira de gerar as taxas pertinentes, ficou a cargo de Bruno Dorfman Buys, do Núcleo de Qualidade Ambiental da Superintendência do IBAMA no Estado de São Paulo.

Em razão das inúmeras manifestações de empresas

que buscam orientação sobre o preenchimento correto do cadastro, a Fiesp e o Ciesp realizam o treinamento na sede das entidades e no interior de São Paulo, por meio das regionais do Ciesp. Outros 11 treinamentos estão previstos para 2019. O CTF é obrigatório para todas pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. A empresa que não realizar o cadastramento fica sujeita a multas e pode ser enquadrada na lei de crimes ambientais.

A DR Cotia também promoveu o treinamento aos seus associados em 28 de agosto, com participação de 27 representantes de empresas da região.

O cadastro é realizado no site (www.ibama.gov.br).



CALENDÁRIO DOS PRÓXIMOS TREINAMENTOS

Local	Data	Horário
Ciesp de Araraquara	10/09	10h00
Ciesp de Campinas	18/09	8h30
Ciesp de Jacareí	25/09	9h00

Para conferir a apresentação do treinamento, acesse: <http://bit.ly/2HxiCnR>

POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL PARTICIPA DE REUNIÃO DE DIRETORIA FIESP/CIESP

O Major PM Alessandro Daleck Moreira, do Comando de Policiamento Ambiental de São Paulo participou da 13ª Reunião da Diretoria dos Departamentos de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp e do Ciesp, realizada em 19 de agosto na sede da Fiesp.

Na oportunidade, o Major Daleck apresentou as ações desenvolvidas pelo Comando Ambiental Paulista e, também, mencionou a possibilidade de realização de ações conjuntas com o setor produtivo. Dentre as atividades sugeridas, está a promoção de cursos e treinamentos a serem ministrados pela PM para os técnicos do setor ambiental das indústrias realizarem o correto atendimento de suas obrigações legais, entre as quais o relativo ao Documento de Origem Florestal (DOF), para o controle do transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais.



SIGA O DDS NO TWITTER

<https://twitter.com/FiespAmbiental>

BRASIL FAZ SUA PARTE NA PROTEÇÃO DA CAMADA DE OZÔNIO

Consumo de hidroclorofluorcarbonos, os HCFCs, sofreu redução de 37,5%, quase a meta prevista para 2020.

O consumo dos hidroclorofluorcarbonos (HCFCs), uma das principais substâncias responsáveis pela degeneração da camada de ozônio, teve queda de 37,75% no Brasil em relação à linha de base, que é de 1.327 toneladas PDO/ano, equivalente à média dos anos 2009 e 2010. Ao todo, foram reduzidas 501,04 toneladas PDO (Potencial de Destruição do Ozônio).

O percentual de redução ficou a apenas 1,35% da meta de 39,3%, pactuada pelo Brasil para o ano de 2020, conforme cronograma de eliminação do consumo de HCFCs estabelecido pelo Protocolo de Montreal para os países em desenvolvimento. O cronograma prevê a eliminação completa dos HCFCs no Brasil até 2040.

PROGRAMA

A queda nos índices é resultado das ações do Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs (PBH), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O programa busca sensibilizar os consumidores das Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio (SDOs), principalmente os setores de refrigeração, espuma e serviços associados, a adotarem uma estratégia de controle, redução e eliminação dessas substâncias.

Prevê, também, a difusão de informações para os 74 mil supermercadistas do País sobre os benefícios ambientais e econômicos da substituição dos HCFCs por substâncias não nocivas à camada de ozônio na manutenção de seus freezers, refrigeradores, balcões frigoríficos, ar-condicionados e outros aparelhos de tecnologia obsoleta, que ainda utilizam SDOs.

Fonte: Editado de Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Matéria completa em: <http://bit.ly/2YuCLA1>

Clique no link



ACORDO SETORIAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS DE USO DOMÉSTICO FOI SUBMETIDO À CONSULTA PÚBLICA EM AGOSTO

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da [Portaria MMA nº 464/2019](#), colocou em consulta pública até 30/08/2019 a proposta de acordo setorial para implementação de sistema de logística reversa de produtos eletroeletrônicos de uso doméstico e seus componentes.

Equipamentos eletroeletrônicos de uso doméstico são todos aqueles produtos cujo funcionamento depende do uso de correntes elétricas com tensão nominal não superior a 240 volts. Ao final de sua vida útil, tornam-se um resíduo que deve ser gerenciado de forma ambientalmente adequada. Sendo assim, é muito importante que se estabeleçam mecanismos para que o consumidor possa efetuar a devolução destes produtos para que o setor empresarial se encarregue de sua destinação final ambientalmente adequada.

Por meio da proposta de acordo setorial, os integrantes da cadeia produtiva dos produtos eletroeletrônicos de uso doméstico se comprometem a realizar uma série de ações para atender a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Todas as contribuições recebidas por meio da consulta pública serão analisadas pelo Ministério do

Meio Ambiente que, ao final do processo, poderá sugerir aos proponentes alterações na proposta de acordo setorial.

Participam da proposta de acordo setorial as seguintes entidades:

- Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica;
- Associação Brasileira dos Distribuidores de Produtos e Serviços de Tecnologia da Informação;
- Associação Brasileira de Reciclagem de Produtos Eletroeletrônicos e Eletrodomésticos;
- Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação;
- Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo;
- Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos; e
- Gestora de Resíduos Eletroeletrônicos Nacional.

Consulte a proposta de acordo setorial na íntegra: <http://bit.ly/2SWTnQh>

Fonte: Editado de MMA.
<http://bit.ly/319Obv2>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA) ASSINA ACORDO SETORIAL DE BATERIAS

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) assinou em 14 de agosto, em São Paulo, acordo com a Associação Brasileira de Baterias Automotivas e Industriais (Abrabat-BR), a Associação Nacional dos Sincopeças do Brasil (Sincopeças-BR) e o Instituto Brasileiro de Energia Reciclável (Iber), para implementar o sistema de logística reversa de baterias automotivas de chumbo.

O acordo prevê metas e responsabilidades para os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes e recicladores, desde a coleta, acondicionamento, transporte, reciclagem até a disposição final desses produtos inservíveis. A iniciativa tem abrangência nacional e já começa com metas acima de 60% para todas regiões do Brasil.

Isso possibilitará, por meio de metas progressivas, o recolhimento e envio para reciclagem de mais de 16

milhões de baterias automotivas de chumbo, também conhecidas como baterias chumbo ácido, o que permitirá a reciclagem de mais de 153.000 toneladas de chumbo todos os anos.

"Além de prevenir a contaminação do solo e das águas, a logística reversa reduz a dependência da importação de chumbo para a fabricação de novas baterias, sendo um exemplo de sustentabilidade não apenas ambiental, como também social e econômica", disse o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

O acordo setorial representa mais uma entrega do Programa Lixão Zero, lançado em abril deste ano no âmbito da Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana, que objetiva melhorar a vida das pessoas nas cidades.

Fonte: MMA

<http://bit.ly/30INiPZ>

AÇÕES REGIONAIS E SETORIAIS

MOBILIZAÇÃO LIMPA LAPA

O DDS Ciesp esteve presente na reunião de fechamento dos trabalhos desenvolvidos na Mobilização Limpa Lapa organizados pelo CIESP Oeste e Instituto Limpa Brasil, no qual envolveu 50 entidades do setor público, privado e da sociedade civil. Na reunião foi apresentado o resultado das ações realizadas no evento, em 15 de junho, que mobilizou cerca de 230 pessoas e coletou o equivalente a 60 sacos de 100 litros de resíduos. Na ocasião, também se iniciou o planejamento para as ações que serão realizadas na nova mobilização no dia 21.09.2019 – Dia Mundial da Limpeza Pública.



EXPOLAZER 2019



Ricardo Lopes Garcia, Especialista Fiesp

A Fiesp foi convidada a palestrar no Fórum Brasileiro da Indústria de Piscinas e Spas da Expolazer 2019, maior feira do segmento, para discutir questões relacionadas a resíduos sólidos e logística reversa.

Na ocasião, o Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp apresentou o Sistema de Logística Reversa, desenvolvido pela entidade. Fabricantes de piscinas e saneantes, como os de qualquer outro setor, estão sujeitos à legislação e precisam cumprir a obrigação.

O tema é regulamentado no Brasil em várias instâncias e vem levando muitas empresas a serem autuadas.

Fonte: Editado de ExpoLazer

<https://expolazer.com.br/pt-br/>

AÇÕES REGIONAIS E SETORIAIS

GRUPO DE MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA (GMAS) – CIESP ARARAQUARA

A gestão de resíduos sólidos é uma necessidade crescente para a maioria das empresas. Atento a essa demanda, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) – Regional Araraquara promoveu, no dia 18 de julho, o segundo encontro do Grupo de Meio Ambiente e Segurança (GMAS) da entidade. A reunião contou com a participação de associados e empresários da região, além de representantes do

Departamento Autônomo de Água e Esgoto (Daae).

Durante a reunião, para contextualizar os temas, a multinacional Solenis, que possui uma unidade em Araraquara, apresentou o seu case sobre gestão de resíduos sólidos. Na sequência, a cooperativa araraquarense Acácia, resgatou a história da organização, abordou os benefícios da coleta seletiva e as possíveis parcerias com empresas locais.

GMA PROMOVE PALESTRA SOBRE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

O Grupo de Meio Ambiente (GMA) do Ciesp Limeira, promoveu no dia 25 de junho a palestra “Adequação e Regularização Ambiental nas empresas: Como cumprir a Legislação e evitar as penalidades”, com Eliane Cristine Ávila Vasconcelos, advogada especializada em direito ambiental.

Foram abordados temas atuais que acontecem no dia-a-dia ambiental das empresas e o que se deve fazer para evitar autuações. Segundo Eliane, ações simples podem evitar problemas junto aos órgãos fiscalizadores, como Ibama, Cetesb, DAEE, Polícia Federal, Exército. “Este evento atualizou os profissionais da área ao que se tem de mais recente e

atual em termos ambientais. Toda empresa precisa cumprir a legislação e nossa intenção foi orientar as empresas para que elas cumpram as exigências dos órgãos ambientais fiscalizadores, evitando assim qualquer tipo de penalidade”, explica.

O coordenador de meio ambiente da Fiesp, Alexandre Villela, também participou do encontro e falou aos presentes sobre a importância da participação dos profissionais nos fóruns ambientais e de recursos hídricos. Segundo ele, importantes decisões que afetam diretamente as empresas são tomadas nesses grupos e a presença de um representante é fundamental para participar das discussões.

Acompanhe a agenda das Diretorias Regionais do Ciesp!

www.ciesp.com.br

18ª CONFERÊNCIA DE PRODUÇÃO MAIS LIMPA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS



A Fiesp participou da abertura da 18ª Conferência de Produção + Limpa e Mudanças Climáticas, evento que integra o calendário oficial da cidade de São Paulo e foi realizado em 23 de agosto na Câmara Municipal.

A Conferência tem por objetivo intermediar o diálogo entre cidadãos, instituições, iniciativa privada e governo, para aprofundar a discussão sobre os três pilares da sustentabilidade: ambiental, econômico e social, além de propor políticas públicas e legislações de caráter mais objetivo e resolutivo.

Esse ano, a Conferência discutiu o tema Economia Verde: como desenvolver sem devastar.

Mais informações:

<http://www.anggulo.com.br/p+/2019/>

NO RADAR



196

Representações em
Fóruns/Colegiados

CONSELHOS AMBIENTAIS

CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Em 24 de julho, os membros do Consema aprovaram a viabilidade ambiental dos empreendimentos “Implantação da Usina Termelétrica (UTE) Lins” de responsabilidade da Usina Termelétrica de Lins S/A e “Substituição Tecnológica das Unidades 1 e 2 da Usina Termelétrica Piratininga” de responsabilidade da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (EMAE). Na plenária de agosto, os conselheiros deliberaram acerca do Relatório Final da Câmara Técnica de Biodiversidade e Áreas Protegidas sobre o Plano de Manejo da Estação Ecológica Santa Maria.

COMISSÃO TEMÁTICA DE BIODIVERSIDADE , FLORESTAS E ÁREAS PROTEGIDAS – CTBIO

A CTBio/Consema retomou as discussões sobre a Proposta de Plano de Manejo da Estação Ecológica do Noroeste Paulista (de responsabilidade da UNESP) e iniciou a apreciação da proposta de Plano de Manejo da Floresta Estadual do Noroeste Paulista (de responsabilidade do Instituto Florestal), sendo ambas as unidades localizadas nos Municípios de São José do Rio Preto e Mirassol.

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE MARÍLIA

No dia 17 de julho ocorreu a reunião mensal do CADES. Nessa data foi apresentado o andamento da obra de construção das estações de tratamento de esgoto de Marília, e apresentação, pela Cetesb, demonstrando os parâmetros de monitoramento, controle e fiscalização aplicada ao processo de tratamento de esgoto.

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Os comitês de bacias hidrográficas estão em processo de elaboração dos relatórios de situação das bacias 2019, ano base 2018. Os relatórios devem ser apresentados e aprovados em reunião plenária.

FEHIDRO

Os comitês de bacias hidrográficas deliberaram a aprovação de projetos que serão financiados com recursos do FEHIDRO provenientes da compensação financeira da geração de energia elétrica e cobrança pelo uso da água arrecadada dos usuários, também foi aprovado o relatório de situação da bacia - ano base 2018.

GRUPO DE TRABALHO MANANCIAIS DO ALTO TIETÊ

O DDS/Ciesp esteve presente na reunião do Grupo Mananciais do CBH-AT, momento este que se iniciou a discussão do Plano de Desenvolvimento de Proteção de Mananciais (PDPA) para as propostas das Leis Específicas do APRM Guaió região do Cabeceira Alto Tietê e da APRM Cabuçu Tanque Grande, no município de Guarulhos.

XVII DIÁLOGO INTERBACIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM RECURSOS HÍDRICOS

Entre os dias 14 a 16 de agosto, o DDS participou do XVII Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos, evento anual que tem como principal objetivo o alinhamento dos comitês de bacias hidrográficas em âmbito Estadual, promovendo o desenvolvimento de debates sobre políticas públicas para a gestão das águas. Este ano teve como tema: Todos pela Água, abordando os 17 ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável).

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) VÁRZEA DO RIO TIETÊ

O DDS/CIESP esteve presente na reunião do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê, onde foi discutido e deliberado o Regimento Interno de atuação do Conselho, assim como a discussão do planejamento dos trabalhos ao longo do ano.

A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR PRODUTIVO PAULISTA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Em 2015, líderes de governo reunidos na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável aprovaram, por consenso, o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

A Agenda traz 17 objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável até o ano 2030, conhecidos desde então como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma continuação ampliada dos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a partir dos quais foram complementados para responder a novos desafios. São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

A Fiesp e o Ciesp, comprometidos com a facilitação da Agenda 2030 no Brasil e com o engajamento de cada vez mais atores, destina essa seção do Informe Ambiental para divulgar os ODS com casos concretos, que podem ser utilizados como *benchmarks*.

A seguir, destacamos o case da empresa 3M do Brasil, que recebeu menção honrosa no Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental em 2019.

Fonte: Nações Unidas

Link encurtado: <https://goo.gl/4kwttyx>

EMPRESA: 3M DO BRASIL

PROJETO: CÓDIGO VERDE

No Brasil, o Grupo 3M conta com cinco fábricas instaladas no Estado de São Paulo, que compõem a 3M do Brasil,

O projeto Código Verde surgiu da parceria da 3M do Brasil com o Legado das Águas, a Associação Brasileira de Automação-GS1Brasil, a PariPassu e a Zebra Technologies, que se uniram para realizar o projeto que automatizou a gestão e o processo de rastreabilidade do viveiro de plantas da reserva “Legado das Águas” - maior reserva privada de Mata Atlântica do país.

A 3M do Brasil forneceu as etiquetas e ribbons mistos para identificar as matrizes, os locais do viveiro e as vendas. Essas etiquetas e ribbons têm alta durabilidade, ótima resistência à abrasão e qualidade de impressão. Possuem excelente fixação nos mais diversos substratos, além de garantir uma rápida leitura através dos scanners, agilizando todo o processo de manipulação das mudas. Para a implementação da automação, foram adotados os padrões globais GS1 de identificação e serviços. A identificação das espécies é feita com o GTIN (Número Global do Item Comercial) e a localização das matrizes com aplicação do GLN (Número Global de Localização).

Com a automatização, o projeto Legados das Águas ganhou eficiência operacional, facilidade, agilidade, assertividade e acuracidade, evitando falhas humanas, além de ter sido criado um banco de dados na web com uma bibliografia inédita sobre as espécies nativas da mata atlântica.

Acesse o case completo em:

<http://bit.ly/2ZsUton>

Clique nos links



ODS RELACIONADOS A ESSE PROJETO:



DIPLOMAS LEGAIS RECENTES - FEDERAL

Decreto nº 9.939, de 24/07/2019

Altera o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor o Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Decreto nº 9.954, de 05/08/2019

Dispõe sobre a qualificação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

Portaria Normativa do Ministério da Defesa nº 54, de 15/07/2019

Revoga dispositivos da Portaria Normativa nº 1.887, de 22 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para mitigação dos riscos operacionais à aviação decorrentes de perigo aviário nos aeródromos e suas imediações.

PROJETOS DE LEI FEDERAL

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

PL nº 3913/2019 - Proíbe o licenciamento ambiental de barragens de rejeitos e de barragens de resíduos industriais novas, estabelece regras de segurança e prazo para o descomissionamento das barragens de rejeitos e das barragens de resíduos industriais em construção ou existentes, ativas e inativas, e institui a Taxa de Fiscalização de Segurança de Barragens de Rejeitos (TFSBR).

BIODIVERSIDADE

PL nº 3962/2019 - Altera a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao

conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

GOVERNANÇA

PL nº 3791/2019 - Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), e altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 7.797, de 10 de julho de 1989, e nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009.

PL nº 3915/2019 - Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para tipificar o crime de desastre ecológico de grande proporção ou que produza estado de calamidade pública, bem como a conduta do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem

DIPLOMAS LEGAIS RECENTES - ESTADUAL

Lei nº 17.110, de 12/07/2019

Proíbe o fornecimento de canudos confeccionados em material plástico no Estado de São Paulo e dá outras providências.

DECRETO Nº 64.305, de 28/06/2019

Aprova e fixa os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, dos usuários urbanos e industriais, na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos - São José dos Dourados.

Portaria DNIT nº 4.717, de 08/07/2019

Estabelece regra de transição para a obtenção de licença prévia ambiental no âmbito do regime de contratação integrada do RDC, instituído pela Lei nº 12.462/2011.

Portaria Normativa Fundação Florestal nº 308, de 11/07/2019

Estabelece procedimento para pedidos de autorização para instalação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia e infraestrutura urbana em geral, não sujeitos a licenciamento ambiental localizados em unidades de conservação.

DIPLOMAS LEGAIS RECENTES - MUNICIPAL

CIDADE DE SÃO PAULO

Decreto nº 58.873, de 22/07/2019

Altera a composição do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES para adequar à atual estrutura organizacional da Administração Pública.

AVISOS

IBAMA ALTERA REGRAS PARA A EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES FLORESTAIS

Foi publicada em 30/07/2019, a Instrução Normativa nº 21, de 29 de julho de 2019, editada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, altera a Instrução Normativa nº 21, de 24 de dezembro de 2014, para estabelecer que:

- As solicitações de autorização de atividades florestais sob competência dos órgãos municipais de meio ambiente terão prazo até o dia 31 de janeiro de 2020 para inclusão no SINAFLORE ou sistema estadual integrado. O Ibama bloqueará a emissão de Documento de Origem Florestal (DOF) dos entes federativos que descumprirem este prazo;
- O interessado não está isento da obtenção de eventuais autorizações, licenças ou outros procedimentos exigidos pelo órgão municipal de meio ambiente;

- Para transporte de produto florestal oriundo de autorização em referência, o interessado deverá requerer ao órgão ambiental competente a emissão de Autorização, com a inserção dos respectivos créditos diretamente no Módulo de Utilização de Recursos Florestais do SINAFLORE, para fins de emissão do documento de transporte (DOF);
- Após referido prazo, as autorizações deverão ser emitidas apenas por meio do SINAFLORE para fins de controle das atividades florestais.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM O IBAMA:

Telefone: 0800 61 8080

E-mails: servicosonline.sede@ibama.gov.br / sinaflor.sede@ibama.gov.br

CETESB RECEBE INVENTÁRIOS DE EMISSÃO DE CO₂

Entre 1º de setembro e 31 de outubro, o sistema estará disponível para preenchimento dos resultados do inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos empreendimentos que desenvolvem as atividades listadas na Decisão de Diretoria da Cetesb nº [254/2012](#) – artigo 3º.

Na decisão, constam 29 segmentos industriais licenciados pela Cetesb. Já os empreendimentos não listados, mas que emitem acima de 20 mil toneladas

equivalentes por ano, também devem apresentar o relatório de emissão.

Mais informações, envie e-mail para contato: inventariogee_cetesb@sp.gov.br

ou acesse: <http://bit.ly/2MFYvHZ>

Clique nos links



AVISOS

PRAZO PARA A ELIMINAÇÃO CONTROLADA DA UTILIZAÇÃO DE PCBs EM SÃO PAULO CHEGA AO FIM EM 2020

As Bifenilas Policloradas ("PCBs"), comercialmente conhecidas como "Ascarel", são compostos químicos utilizados como fluídos dielétricos (isolantes de eletricidade), principalmente em equipamentos elétricos, estando presentes, assim, em transformadores, capacitores, subestações etc., que apresentam um potencial elevado de causar danos ao meio ambiente e à saúde humana.

Devido à sua periculosidade, os PCBs foram banidos de novos equipamentos elétricos, a partir da década de 1980; posteriormente, em 2001, 50 países celebraram a Convenção de Estocolmo visando sua eliminação total. No Brasil, o texto da referida Convenção foi promulgado pelo Decreto Federal nº 5.472/2005, que prevê a adoção de medidas para a eliminação controlada do uso dos PCBs até o ano de 2028.

No âmbito do Estado de São Paulo, desde 2006, está vigente regulamentação específica, estabelecida pela Lei Estadual nº 12.288/2006, que trata de providências para a eliminação controlada dos PCBs,.

por meio da descontaminação e da eliminação dos equipamentos que contenham tal substância.

A referida Lei prevê que a eliminação controlada dos PCBs ocorra até o final do ano de 2020, motivo pelo qual as empresas dos mais diversos setores devem estar alertas à possível presença de tal substância em seus equipamentos – tanto nos equipamentos antigos, fabricados originalmente com óleos à base de PCBs, quanto nos novos, que podem ter sido contaminados através de episódios denominados "contaminação cruzada".

Sobre os procedimentos mencionados, vale registrar que a eliminação dos PCBs não significa necessariamente isentar os equipamentos de tal substância, mas sim atingir níveis inferiores a 50mg/kg (0,005% em peso), permitindo que tais equipamentos sejam enquadrados como "não-PCB".

Fonte: Editado de Lobo de Rizzo Advogados

Lei Estadual nº 12.288/2006:

<http://bit.ly/31iz7v6>

CADASTRAMENTO DOS PEQUENOS E GRANDES GERADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA AMLURB

Lembramos aos associados que sejam ou que congreguem geradores de resíduos sólidos situados no município de São Paulo **tem a obrigatoriedade** de cadastramento junto à Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB) ou atualizar seus dados, no sítio eletrônico www.ctre.com.br, **até 09.09.2019** para efetivar e, na sua ausência estará sujeito a multa no valor de R\$ 1.639,00

Desta forma, as informações lançadas no ato do cadastramento classificarão o estabelecimento como pequeno ou grande gerador de resíduos sólidos, segundo determina a Resolução nº 130/AMLURB/2019.

São considerados "**Grandes Geradores de Resíduos Sólidos**" os proprietários, possuidores ou titulares de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e **industriais**, entre outros, geradores de resíduos sólidos caracterizados como resíduos da Classe 2, pela NBR 10004 da ABNT, em volume superior a **200 (duzentos) litros diários**.

O cadastramento consiste:

- Na **autodeclaração** de volume e massa mensal de resíduos sólidos produzidos pelo estabelecimento, o operador contratado para a realização dos serviços de coleta e o destino da destinação final dos resíduos sólidos, além de outros elementos necessários ao controle e fiscalização pelo Município.
- Recolhimento da guia da **Taxa Pública** de R\$ 228,00, para grandes geradores;
- Pequeno gerador **isento** da taxa;
- Emissão da identificação da empresa através do **QR Code** visando a fixação em local visível na empresa e nos equipamentos de acondicionamento e armazenamento dos resíduos até a sua remoção para disposição final;
- **Renovado anualmente**, bem como, se houver alteração no período, na quantidade de resíduos sólidos produzidos deverá ser atualizado.

Mais informações em: www.amlurb.sp.gov.br

REGRAS DE TRANSIÇÃO SOBRE PRODUTOS CONTROLADOS DA POLÍCIA FEDERAL PARA EMPRESAS JÁ LICENCIADAS E NOVAS SOLICITAÇÕES

Em vista da entrada em vigor, em 01/09/2019, da Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública nº240/2019, que estabelece procedimentos para o controle e a fiscalização de produtos químicos e define os produtos químicos sujeitos a controle pela Polícia Federal, alertamos para os seguintes prazos de transição:

- **01/09/2019** - os dados que estiverem no Sistema de Produtos Químicos - Siproquim 1 referentes a cadastro serão migrados para o Siproquim 2.
- **13/09/2019** - prazo para encaminhamento do mapa de controle referente às transações ocorridas no mês de agosto/19 pelo sistema Siproquim 1.
- **De 01 a 15/10/2019** - encaminhamento do mapa de controle referente às transações ocorridas no mês de setembro do ano corrente pelo sistema Siproquim2 (até o 15º dia do mês subsequente).

- **30/10/2019** - prazo para empresa já licenciada que tenha de **incluir** determinados produtos químicos, após o respectivo cadastro no Siproquim 2 e para aquelas **empresas que solicitarão, pela primeira vez**, licença junto à Polícia Federal, sendo desconsideradas eventuais infrações de cadastro desatualizado (incisos V e VI do art. 12 da Lei 10.357/01) e de omissão de mapas no tocante àquele determinado produto (inciso III do art. 12 da Lei 10.357/01) até esse prazo.

Para maiores informações, consulte os seguintes links:

Comunicado disponível no site da Polícia Federal:

<http://bit.ly/2ZyXqrE>

Ambiente de Treinamento do Siproquim 2:

<http://bit.ly/2L7s7fw>

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO NORMATIZA MEDIDAS REGULATÓRIAS ÀS BARRAGENS DE MINERAÇÃO

Em vigor desde 12/08/2019, a Resolução nº 13, de 08 de agosto de 2019, editada pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Mineração (ANM), estabelece medidas regulatórias objetivando assegurar a estabilidade de barragens de mineração, notadamente aquelas construídas ou alteadas pelo método denominado "a montante" ou por método declarado como desconhecido e dá outras providências.

Por esta norma fica proibida a utilização do método de alteamento de barragens de mineração montante" em todo o território nacional.

Os empreendedores ficam responsáveis por quaisquer barragens de mineração, proibidos de conceber, construir, manter e operar, nas localidades pertencentes a poligonal da denominado "a área outorgada ou em áreas averbadas no respectivo título minerário e inseridos na Zona de Autossalvamento:

1. Instalações destinadas a atividades administrativas, de vivência, de saúde e de recreação. Para barragens de mineração novas, esta proibição será aplicável a partir do primeiro enchimento do reservatório;

2. Barragens de mineração ou estruturas vinculadas ao processo operacional de mineração para armazenamento de efluentes líquidos, situadas imediatamente à jusante da barragem de mineração cuja existência possa comprometer a segurança da barragem situada à montante, conforme definido pelo projetista; e

3. Qualquer instalação, obra ou serviço que manipule, utilize ou armazene fontes radioativas.

Referidas estruturas deverão:

- I. até 12 de outubro de 2019, ser desativadas ou removidas as instalações, obras e serviços referenciadas nos itens (1) e (3) em referência; e
- II. até 15 de agosto de 2022, ser descaracterizadas as barragens de mineração referenciadas no item (2) em referência.

O não atendimento ao disposto nos prazos acima implicará na interdição da barragem de mineração até que se cumpra os prazos e requisitos dispostos.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta norma: <http://bit.ly/2Kvpy6t>

MONITORE

Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais

PAGAMENTO DA 3ª PARCELA DE 2019 DA TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – TCFA E TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – TCFASP

A quem se aplica: O pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA deve ser realizado trimestralmente por empresas que exerçam as atividades listadas no Anexo VIII da Lei nº 10.165/2000.

Como fazer: O pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU única, servirá como documento comprobatório da efetivação do pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental -TCFASP, prevista na Lei nº 14.626/2011. O boleto deverá ser emitido por meio do site do IBAMA.

Prazo: Até último dia útil de setembro.

APRESENTAÇÃO DO ATO DECLARATÓRIO AMBIENTAL - ADA

A quem se aplica: O ADA é um documento de cadastro que possibilita ao proprietário rural uma redução do Imposto Territorial Rural – ITR, em até 100%, sobre a área efetivamente protegida, e deve ser preenchido e apresentado pelos declarantes de imóveis rurais obrigados à apresentação do ITR, conforme Instrução Normativa IBAMA nº 5/2009.

Como fazer: A declaração deverá ser feita por meio eletrônico, na página do IBAMA na Internet. Para acesso e preenchimento do formulário ADAWeb é necessário que o declarante (proprietário rural, posseiro etc.) seja previamente cadastrado no Cadastro Técnico Federal do IBAMA – CTF - e, conseqüentemente, obtenha uma senha. Para a apresentação do ADA não existem limites de tamanho de área do imóvel rural. Será necessário um ADA para cada Número do Imóvel na Receita Federal (NIRF). Quando não tiver meios próprios à sua disposição, o declarante da pequena propriedade rural ou posse rural familiar definidos pela legislação pertinente, poderá optar pela apresentação das informações referentes ao ADA em uma das Unidades do IBAMA (informações prestadas no ITR).

Prazo: Até 30 de setembro de 2019

Para não perder os prazos, cadastre sua empresa no MONITORE: www.fiesp.com.br/monitore

EXPEDIENTE

O Informe Ambiente é uma publicação do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp e da Diretoria do Ciesp.

Circulação bimestral

Fotografias: Ayrton Vignola, Everton Amaro e Karim Kahn

Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549-4675 | Fax: 3549-4237 | cdma@fiesp.com.br | www.fiesp.com.br

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

Para receber este e outros conteúdos é necessário que faça o cadastro através do link: www.fiesp.com.br/cadastro